

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM  
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

**JOY DAWEY RIBEIRO DA SILVA**

**AGRESSIVIDADE FISCAL DE EMPRESAS BRASILEIRAS COM  
TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS NO  
EXTERIOR**

**VITÓRIA  
2016**

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM  
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

**JOY DAWEY RIBEIRO DA SILVA**

**AGRESSIVIDADE FISCAL DE EMPRESAS BRASILEIRAS COM  
TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS NO  
EXTERIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fundação Instituto de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante.

Orientador: Dr. Antônio Lopo Martinez.

**VITÓRIA  
2016**

**JOY DAWEY RIBEIRO DA SILVA**

**AGRESSIVIDADE FISCAL DE EMPRESAS BRASILEIRAS COM  
TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS NO  
EXTERIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 24 de outubro de 2016.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Prof° Dr.: ANTÔNIO LOPO MARTINEZ**  
**Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em**  
**Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE)**  
**Orientador**

---

**Prof° Dr.: AZIZ XAVIER BEIRUTH**  
**Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em**  
**Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE)**

---

**Prof° Dr.: ALFREDO SARLO NETO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO**  
**(UFES)**

A todos os contadores que têm dupla jornada: empresa e sala de aula, que possamos a cada dia, melhorar o nosso aprendizado.

(Autor)

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de dizer que fazer o mestrado na Fucape é desafiador e instigante, desde a entrevista. Fui agraciado porque estudei na turma mais alegre e unida. Estes fatores amenizaram as inúmeras dificuldades enfrentadas, a distância (cerca de 3 mil Km), o alto custo do investimento, as longas ausências de casa e do trabalho, principalmente nos fins de semana, momento em que a família mais se reúne. Outro motivo de instabilidade foi o método de ensino, uma nova realidade, muito além do que já havia estudado antes. Ouvei de meu entrevistador (Professor Dr. Aridélmo), jamais esqueci, ele disse: “este curso irá mudar a sua vida”. Foi a frase que mais me marcou de todas as etapas pré-mestrado, a partir daí fui em busca dessa mudança e aqui estou a contar a ótima conquista alcançada.

Os agradecimentos por ter chegado até aqui são vários, todos nós precisamos de uma base forte e admirável para que alcancemos o sucesso. Mas em primeiríssimo lugar a Deus, não tem como não ser Ele, porque todos nós pedimos forças ao nosso Deus e foi com Ele que segui em minhas incontáveis viagens, obrigado meu Deus!

À minha amada Mãe (Socorro), por ser a minha maior fã, torceu todos os dias, orou por diversas vezes e, ainda, ajudou-me financeiramente em vários momentos. Ao meu paciente Pai (Amaro Ribeiro), por ter sempre me amado e esse amor me fez ser um bom homem. À minha inteligente Tia (Nininha), por ter me apoiado e amado desde o meu nascimento como sendo a minha segunda mãe. À minha avó (Bárbara), por acreditar que tem o pai mais inteligente do mundo.

Aos meus amados irmãos, Joana (a inspiração para os meus estudos), Jan (sempre me amou incondicionalmente), Joelen (um exemplo a ser seguido), Amanda (lembranças de minha infância, a que tem o sorriso no rosto a qualquer momento).

Fiz muitos amigos em minha turma, mas uns se aproximaram mais de mim, Fernanda, Natália, Claudinéa, Eduardo, Daniel, Márcio e Raimundo, a vocês um agradecimento todo especial.

Ao meu orientador, Professor Dr. Antônio Lopo Martinez, uma pessoa espetacular, da inteligência não preciso falar, pois seria redundante, a humildade desse grande professor é contagiante. A todos os professores que compartilharam os seus ensinamentos, posso afirmar que fizeram a diferença.

À professora Simone dos Santos França, minha colega de trabalho, por ter me auxiliado por diversas vezes com as minhas atividades e dissertação.

Sou muito feliz e agradecido por tudo que vivi. Se para mudar a minha vida como dito no início tivesse que fazer tudo de novo, eu o faria, pois, essas pessoas maravilhosas as quais agradeço, fizeram toda a diferença em minha conquista.

*“Eles ajudarão a experimentar a sabedoria e a disciplina; a compreender as palavras que dão entendimento; a viver com disciplina e sensatez, fazendo o que é justo, direito e correto”.*

*(Provérbios capítulo 01)*

## RESUMO

O presente estudo apresenta a mensuração da agressividade fiscal das empresas brasileiras que têm transações com partes relacionadas no exterior, utilizando a ETR (Taxa Efetiva de Tributação) como medida de agressividade, pois, estudos anteriores indicam esta variável como métrica de agressividade fiscal. A amostra correspondeu às companhias abertas listadas na BM&F Bovespa no período de 2011 a 2015. Existem estudos afirmando que empresas atuantes em vários países (multinacionais) realizam estas transações como opção de planejamento tributário agressivo. Como técnica de análise do comportamento da agressividade fiscal será utilizada a regressão quantílica, a qual possibilita a análise de diferentes quantis da distribuição das variáveis dependentes. No presente estudo foi delineado estimar o modelo quantílico para quantis cujo intervalo está compreendido entre os valores 0,10 a 0,50. As hipóteses testadas verificam a relação entre a agressividade e a participação de investimento, se é não linear ao longo da amostra, e se nas empresas mais agressivas a presença de investimentos no exterior e a sua crescente relevância (peso), explicam uma maior agressividade. Os resultados da pesquisa indicaram significância nos quantis 0,20, 0,30 e 0,40.

**Palavras-chave:** Agressividade Tributária; Regressão Quantílica; *Effective Tax Rate*; Partes Relacionadas.

## ABSTRACT

This study presents the tax aggressiveness measurement of Brazilian companies which have transactions with related parties abroad. We used the ETR (effective tax rate) as a measure of tax aggression, since previous studies indicate this variable as a metric of fiscal aggressiveness. The sample corresponds to public companies listed at the BM&F Bovespa in the period from 2011 to 2015. Previous studies suggest that companies operating in many countries (multinational) carry out these transactions as an option to engage in aggressive tax planning strategies. We use quantile regression as analysis tool to evaluate the tax aggressiveness behavior, which allows the analysis of different quantiles of the dependent variables distribution. The present study was designed to estimate the quantilic model for quantiles whose range is between the values from 0.10 to 0.50. The tested hypotheses verify the relationship between tax aggressiveness and the level of investment participation, if it varies along the sample, and if the presence of foreign investments, and its growing importance (weight), in the most aggressive companies explain the increased aggressiveness. The survey results indicated significance in quantiles 0.20, 0.30 and 0.40.

**Keywords:** tax Aggressiveness; Quantile regression; Effective Tax Rate; Related Party.

## LISTA DE TABELAS

|             |  |      |
|-------------|--|------|
| Tabela 1 -  | Processo de formação e composição da amostra.....                    | p.31 |
| Tabela 2 -  | Médias das variáveis por setor – 2011 a 2015.....                    | p.35 |
| Tabela 3 -  | Estatística descritiva das variáveis por grupo – 2011 a 2015.....    | p.36 |
| Tabela 4 -  | Estatística descritiva por faixa ETR – 2011 a 2015.....              | p.37 |
| Tabela 5 -  | Resultados do modelo quantil de 10%. Variável dependente<br>ETR..... | p.38 |
| Tabela 6 -  | Resultados do modelo quantil de 20%. Variável dependente<br>ETR..... | p.39 |
| Tabela 7 -  | Resultados do modelo quantil de 30%. Variável dependente<br>ETR..... | p.39 |
| Tabela 8 -  | Resultados do modelo quantil de 40%. Variável dependente<br>ETR..... | p.40 |
| Tabela 9 -  | Resultados do modelo quantil de 50%. Variável dependente<br>ETR..... | p.41 |
| Tabela 10 - | Resumo dos Resultados .....  | p.42 |

## **LISTA DE SIGLAS**

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

ETR – *Effective tax rates* (taxa efetiva tributária)

IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica

LAIR – Lucro Antes do Imposto de Renda

ROA – Retorno sobre Ativo

## SUMÁRIO

|          |  |           |
|----------|--|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>13</b> |
| 1.1      | CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....  | 13        |
| 1.2      | QUESTÃO DA PESQUISA .....  | 16        |
| 1.3      | OBJETIVOS .....  | 17        |
| 1.4      | JUSTIFICATIVA .....  | 17        |
| <b>2</b> | <b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....   | <b>20</b> |
| 2.1      | APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE NO CONTEXTO TRIBUTÁRIO .....                            | 20        |
| 2.2      | PARTES RELACIONADAS.....   | 21        |
| 2.3      | REFLEXOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL NA ECONOMIA<br>GLOBALIZADA .....                | 23        |
| 2.4      | PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO.....   | 25        |
| 2.5      | AGRESSIVIDADE FISCAL .....   | 27        |
| 2.6      | TAXA EFETIVA TRIBUTÁRIA (ETR) CONCEITO E APLICAÇÃO.....                            | 28        |
| 2.7      | DEFINIÇÕES DAS HIPÓTESES DE PESQUISA .....   | 29        |
| <b>3</b> | <b>METODOLOGIA: MÉTODO DE PESQUISA E COLETA DE DADOS</b> .....                     | <b>31</b> |
| 3.1      | MÉTODOS ESTATÍSTICOS E COMPARAÇÃO DAS REGRESSÕES<br>TRADICIONAL E QUANTÍLICA ..... | 32        |
| 3.2      | REGRESSÃO QUANTÍLICA .....   | 33        |
| <b>4</b> | <b>ANÁLISE DE DADOS E RESULTADO DA PESQUISA</b> .....                              | <b>35</b> |
| 4.1      | CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA.....   | 35        |
| 4.2      | RESULTADO DO MODELO .....  | 37        |
|          | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | <b>44</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....  | <b>46</b> |

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

No presente estudo propõe-se mensurar a agressividade fiscal das empresas brasileiras que têm transações entre partes relacionadas no exterior, por meio da variável *Effective Tax Rates* (ETR). Serão utilizadas duas *proxies* para alcançar a proposição da pesquisa: empresas brasileiras que têm investimento no exterior e o peso do investimento em relação ao ativo total. Reinders (2015, p. 7), informa que a variável ETR (*Effective Tax Rate*) é utilizada com o intuito de identificar as empresas agressivas tributárias.

Lietz (2013, p. 9), afirma que Agressividade Fiscal pode ser entendida como uma particularidade de evasão fiscal e que são práticas de baixa sustentação jurídica. Um dos motivos que influenciam a criatividade das empresas pode ser justificado pela alta carga tributária vivenciada no Brasil. A agressividade fiscal pode provocar riscos financeiros à instituição, devido à utilização de ações que carecem de aceitação legal por parte do fisco, caso venham a ser recusadas sofrerão as sanções cabíveis decorrentes da legislação (OWENS, 2008, p.10). Existem análises por parte do fisco em que indícios são pontuados no intuito de julgar a licitude das operações societárias buscando avaliar se são práticas agressivas fiscais ou não, sendo assim, Coelho e Martinez (2014, p. 16) alertam, caso a motivação predominante decorrente da investigação seja a vantagem tributária, significa dizer que existe tendência de agressividade fiscal inerente à operação, o que não significa equivalência com evasão fiscal. Fazer gestão tributária é mais que restringir as ações apenas aos tributos, é ter uma visão sistêmica das necessidades e oportunidades institucionais, nesse sentido Shackelford et al., (2001, p. 334) sinaliza

que a eficácia do planejamento tributário não se limita à redução do pagamento dos impostos, mas possibilita o aumento da taxa de rentabilidade dos investimentos. Um facilitador para o alcance da eficiência tributária é conhecer todos os custos, tributos e partes, que estão conectados à empresa, com este respaldo, a estratégia tributária será melhor elaborada garantindo o sucesso do desempenho organizacional (SCHOLES et al., 2008, p. 3). Os tributos devem ser muito bem gerenciados porque são considerados um dos custos mais representativos da empresa, pois quando se persegue o objetivo principal, o lucro, a tributação passa a ser um dos elementos mais dispendiosos na formação dos custos totais da instituição, por isso merecem uma atenção profissional e tempestiva (CALIJURI, 2009, p. 75).

Segundo estudo do IBPT (2013, p. 2), “o Brasil tem a maior carga tributária dos países que compõem os BRICs, que é de 36%. Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul, juntas totalizam uma média de 22%”. Vale ressaltar que a média dos BRICs sem o Brasil é de 18,5%. Validando o IBPT, Iudícibus e Pohlmann (2010, p. 7) informam que “o IRPJ e CSLL têm uma alíquota teórica máxima de 34% sobre o lucro tributável, que na maioria das vezes não coincide com o lucro contábil”.

O cenário econômico em que as empresas estão inseridas faz com que sempre busquem inovações para que consigam manter uma sustentabilidade permanente e consolidada. É fundamental entender esse sistema econômico-financeiro para poder tomar as decisões bem acertadas e enxergar oportunidades. Assim, quanto maior a tributação sobre o lucro, maior será o endividamento, de forma que existe interferência da tributação nas decisões corporativas (IUDÍCIBUS E POHLMANN, 2010, p. 2). Um exemplo de inovação e oportunidade é o que se percebe numa relação de investimento entre partes relacionadas. Uma maneira de obter efeitos positivos para as companhias é por meio de transações com partes relacionadas,

cujo objetivo é o alcance de maior eficiência nos custos de transação e na utilização de seus ativos (GALDI E MATOS, 2012, p. 3). Segundo Glaser (2010, p. 36), dentre as opções utilizadas no intuito de realizar planejamento tributário, seria pela utilização da combinação de negócios entre as empresas, a mesma pode melhorar o desempenho operacional e financeiro. Uma das maneiras de enfrentamento junto à concorrência, manutenção da sobrevivência econômica, seria por meio das transações comerciais entre partes relacionadas, pois implica em trocas significativas de elementos fundamentais que consolidam a robustez institucional (MAGRO e TELÓ, 2011, p. 13). A melhoria nos resultados da empresa decorre da utilização de transações com partes relacionadas situadas em diferentes países, pois existe a oportunidade de explorar diversas alíquotas tributárias, reduzindo a base de cálculo a ser tributada (RATHKE e SARQUIS, 2014, p. 3). Clausing (2006, p. 272), em sua pesquisa sobre empresas norte-americanas, verificou um volume maior de transações com partes relacionadas em regiões que possuíam baixa carga tributária, desse modo, conseguiam um melhor resultado do lucro empresarial. Dharmapala e Riedel (2013, p. 99), analisaram as alterações significativas dos resultados econômicos das empresas controladoras europeias e constataram que as mesmas derivaram de transações com partes relacionadas as quais situam-se em países cujas alíquotas tributárias são inferiores com relação às alíquotas dos países investidores.

Diante do exposto, em que foram apresentados vários argumentos baseados em pesquisas científicas e empíricas, realizadas no Brasil, Estados Unidos e Europa, acerca da relação entre a agressividade fiscal com transações entre partes relacionadas, em alinhamento a estas abordagens, o estudo busca contribuir com

esta lacuna existente, que é a mensuração da agressividade fiscal de empresas brasileiras com transações entre partes relacionadas no exterior.

## 1.2 QUESTÃO DA PESQUISA

A questão da pesquisa é decorrente de ações praticadas entre as empresas em seus negócios. O planejamento tributário, o qual almeja a redução ou postergação do pagamento do tributo, possui várias formas de aplicação, fazendo com que desperte a curiosidade de muitos interessados neste ramo por diversos motivos, um deles é identificar qual técnica de fato pode ser reconhecida como sendo planejamento tributário. Um desdobramento dessa técnica é a agressividade fiscal, conforme Araújo et al (2016, p.2) o contribuinte age sob condições legais incertas e que podem ter mais de uma interpretação por parte do fisco referentes às leis tributárias, com isso, poderá obter vantagens fiscais e maior competitividade. Amaral, Olenike e Viggiano (2008, p. 2) afirmam que o cenário fiscal brasileiro é altamente complexo, assim as incertezas são instaladas devido ao cumprimento ou não das inúmeras obrigações fiscais provocando um alto custo financeiro aos contribuintes. O tema agressividade fiscal tem recebido maior interesse pelos pesquisadores, cujo objetivo busca identificar as empresas agressivas e práticas utilizadas (LIETZ, 2013, p. 8).

Conforme Gitman (2010, p. 48), as empresas realizam transações com partes relacionadas motivadas por interesses estratégicos ou financeiros, como exemplo, expansão das atividades em novos mercados e acesso a novas tecnologias. As transações com partes relacionadas tendem a aplicar eficiência nas trocas comerciais, atendendo os anseios econômicos esperados pela empresa (PIZZO,

2011, p. 23). Segundo Matos (2011, p. 43), uma ferramenta que tende a ser eficiente quanto aos custos de transação frente a um melhor aproveitamento dos recursos, tais como, competitividade e agressividade fiscal são as transações com partes relacionadas.

Diante desta necessidade, busca-se resposta para a seguinte questão: as empresas brasileiras tendem a ser mais agressivas tributariamente à proporção que aumentam as operações internacionais com partes relacionadas?

### 1.3 OBJETIVOS

#### Objetivo Geral

Mensurar a agressividade fiscal de empresas brasileiras com transações entre partes relacionadas no exterior.

#### Objetivos Específicos

- Apresentar as diferenças entre planejamento tributário e agressividade fiscal;
- Caracterizar o que são transações entre partes relacionadas;
- Verificar o nível de agressividade fiscal das empresas que têm transações com partes relacionadas no exterior.

### 1.4 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa justifica-se por apresentar vários tópicos relacionados sobre uma espécie de Planejamento Tributário conhecida como Agressividade Fiscal, pois aplica inúmeras de suas técnicas a fim de atingir os resultados

esperados das empresas (MARTINEZ e RAMALHO, 2014, p. 1). Outra justificativa é referente ao ineditismo do tema, a partir da formação do referencial teórico, percebeu-se que o assunto ainda não foi discutido no Brasil, validando a lacuna existente.

Dentre os diversos assuntos tratados nesta pesquisa, destaca-se a busca pela eficiência empresarial, a qual propicia mais autonomia voltada à competição, agregando sustentabilidade ao negócio, pois os custos tributários e operacionais necessitam de uma boa gestão. Outra vantagem é o direcionamento de mais uma técnica de eficiência tributária a partir de transações com partes relacionadas no exterior. Zelar da parte tributária significa praticar a contabilidade gerencial estratégica. Conforme Andrade et al (2013, p.106), A Contabilidade Gerencial Estratégica (CGE) serve como suporte no que tange o planejamento futuro, sem perder o foco no presente, por meio do monitoramento do desempenho organizacional, observando as estratégias existentes, assim, a empresa torna-se mais competitiva. A inclusão dos tributos na estratégia de negócios da empresa, representa o seu amadurecimento competitivo institucional, por meio de um modelo ou previsões. (CALIJURI, 2009, p. 75)

Esta pesquisa empírica inova pelo fato de explorar uma alternativa econômica rotineira no meio empresarial, mas que ainda não havia sido pesquisada com esse escopo, mensuração da agressividade fiscal de empresas brasileiras que realizam transações com partes relacionadas no exterior, confirmou a existência dessa vantagem tributária, a qual poderá ser testada por outros interessados. Uma maneira de se evitar tributos é pelo uso do planejamento tributário (ANUNCIAÇÃO, FILHO e MARTINEZ, 2013, p. 3). As áreas acadêmicas que se ocupam pelo estudo da

tributação integrada à contabilidade, terá com esta pesquisa, uma grande oportunidade para se aprofundar nas técnicas específicas que propiciam a melhoria dos resultados institucionais, inclusive com descrições detalhadas, com isso haverá um ganho de qualidade, porque permitirá às empresas ajustarem cada técnica a sua realidade de uma maneira específica. O Fisco federal poderá utilizar esta pesquisa a fim de otimizar as suas fiscalizações, usufruindo de eficiência e avaliando a legalidade da estratégia de gerir tributos a partir do índice de agressividade.

As referências bibliográficas utilizadas nesta pesquisa é outro fator importante inerente à contribuição, porque as mesmas ratificam a necessidade da realização de pesquisas tributárias, com o intuito de identificar dificuldades, mas também para oferecer sugestões que subsidiem nas tomadas de decisão, aumentando o nível de competitividade das empresas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE NO CONTEXTO TRIBUTÁRIO

Onde entra a contabilidade no mundo dos tributos? É que a melhor opção tributária requer uma reflexão, a qual é subsidiada pela contabilidade, influenciando nas decisões estratégicas (ALENCAR, PEREIRA e REZENDE, 2010, p. 17). A Contabilidade interage com outras ciências, no Direito Tributário, segundo Martinez (2002, p.3), a linguagem contábil serve como meio de prova de eventos tributários, como exemplo, no que tange a evolução patrimonial e a escrituração contábil. A contabilidade participa diretamente do processo decisório das empresas, fazendo integração com a Administração, conforme esclarece Teixeira (2002, p.1), a contabilidade é quem subsidia as tomadas de decisão, a sua contribuição passa a ser produtiva quando agrega importantes atributos, um deles é o registro das informações de maneira tempestiva e fidedigna.

A contabilidade representa a sua importância quando subsidia os aspectos econômico-financeiros institucionais ao citar a expectativa acerca das informações contábeis, auxilia gestores e investidores, demonstra as regras de governança, redução da seleção adversa e risco de liquidez (LIMA, 2009, p. 97). Uma das características da Contabilidade Internacional é a amplitude no que tange as suas aplicações, regulamentos e princípios, origina-se de um mercado de capitais, cuja diversidade influencia os diversos cenários econômicos (RIBEIRO, 2014, P.1). Ikuno (2011, p.20) relata que a aproximação dos países é contínua, devido à globalização dos mercados de capitais multinacionais e que a contabilidade necessitou se internacionalizar frente às diferentes práticas de cada país. Uma grande dificuldade para as empresas brasileiras que têm investimentos permanentes no exterior refere-

se ao tratamento contábil, assuntos pertinentes à avaliação e a consolidação (JUNIOR e OLIVEIRA, 2010, p. 184). A utilização da contabilidade é imprescindível para que o registro das transações com partes relacionadas exista. Segundo o CPC 02, os investimentos de empresas brasileiras mantidos no exterior, como exemplo, filiais e sucursais devem ter seus ativos, passivos e resultados integrados à contabilidade do investidor brasileiro.

## 2.2 PARTES RELACIONADAS

Os elementos que compõem as Partes Relacionadas podem ser uma entidade, pessoa física ou membro da família dessa pessoa física. Uma característica dessa relação é que as partes (investidas) remetem informações às empresas investidoras na forma de demonstrações contábeis (CPC 05 – R1), conforme ilustrado a seguir.

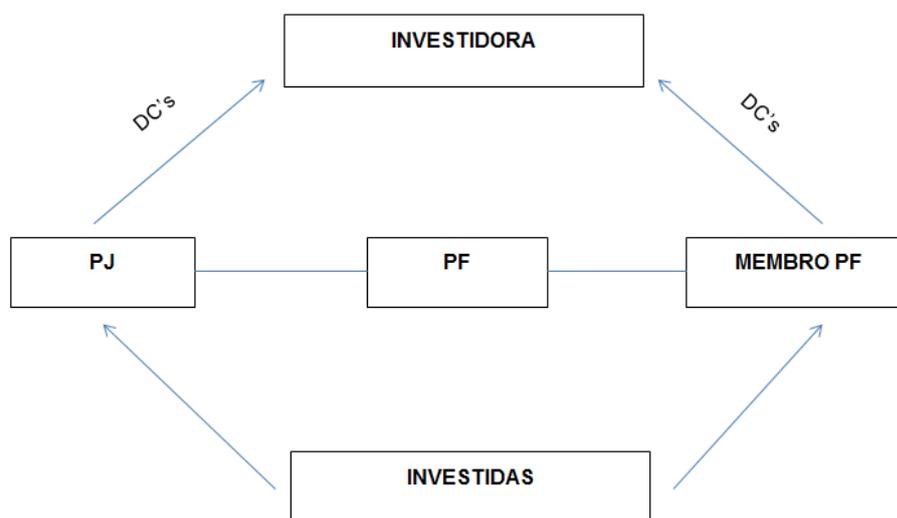


Figura 01: Representação de partes relacionadas  
Fonte: Elaborada pelo autor.

Essas transações ocorrem porque as investidoras buscam atividade complementar, fornecimento de matéria prima, tecnologia, aumentar participação no mercado decorrente da estratégia de negócios (JUNIOR e HERNANDEZ, 2010, p. 26). As ações resultantes de transações com partes relacionadas implicam em transferência de recursos, serviços e obrigações entre os envolvidos, conforme ilustrado a seguir.

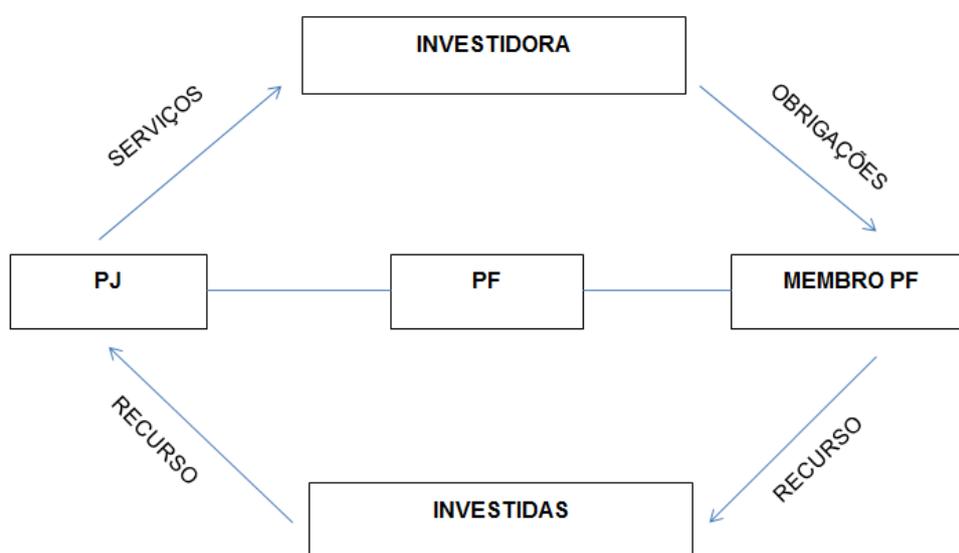


Figura 02: Representação de transações entre partes relacionadas  
Fonte: elaborada pelo autor.

Pesquisas internacionais concluem que essas transações são benéficas para o negócio da empresa (SOUZA, KNUPP, BORBA, 2013, p.124). Segundo Magalhães, Pinheiro e Lamounier (2011, p.23), desenvolver transações comerciais com partes relacionadas permite um maior grau de liberdade e flexibilidade, se comparadas com as empresas não relacionadas, sendo considerada uma característica normal dos negócios. De acordo com Souza (2014, p.103) as transações com maior predominância entre partes relacionadas ocorrem com as empresas controladas, tendo ênfase a produção operacional e financeira, cujas

atividades contemplam locações de bens móveis e imóveis, compras e vendas de ativos e empréstimos.

## 2.3 REFLEXOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL NA ECONOMIA GLOBALIZADA

Vale ressaltar a importância em se destacar a diferença que existe entre as denominações “Comércio Exterior”, que tem relação com o comércio que um país tem com outros países e “Comércio Internacional”, este refere-se ao comércio de maneira global (LUZ, 2012, p.7). O tema Comércio Internacional é muito amplo; desde a sua origem os interesses predominam em torno da eficiência econômica, logicamente, favorecido pela harmonia política em determinados momentos e também o motivo por que os mercados crescem a todo instante. A globalização fez com que o comércio superasse os limites nacionais, fazendo com que as empresas buscassem opções eficientes no intuito de conquistar fatores de produção e ambientes tributários mais favoráveis, como exemplo, mão de obra e legislação tributária menos onerosa, respectivamente. Silva (2012, p. 1) faz um alerta no que tange a necessidade de aprimoramento profissional no âmbito do comércio exterior, decorrente do crescimento recorrente das operações realizadas pelo Brasil, assim, novos conhecimentos são necessários para o bom desempenho das inúmeras tarefas pertinentes. Prado (2015, p. 6) discorre sobre a antiga existência do comércio internacional, enfatizando as vantagens das relações entre os países, destacando a migração de trabalhadores especializados, a integração econômica e cita ainda a livre mobilidade internacional do trabalho como um ponto de equilíbrio nas taxas dos salários.

Os países não conseguem mais existir isolados, são interdependentes, enxergam que a exploração da desproporção dos fatores de produção contribui para uma integração econômica mundial e independe da condição do seu grau de desenvolvimento. O ambiente da globalização das economias vivenciadas nos dias atuais exige cada vez mais o conhecimento de outras culturas, uma negociação internacional envolve riscos variados, mas também admite benefícios (DAMASCENO, GOUVEIA, PINHEIRO, 2015, p. 2).

O Direito Tributário Internacional contribui para assistir as políticas públicas, tem ciência da finitude dos recursos, ocupando-se de acontecimentos que geram riqueza para mais de uma nação. A escassez de recursos exige uma boa governança. Uma opção é o aproveitamento, decorrente da globalização, da mobilidade de pessoas, serviços e, principalmente, do capital. Provavelmente um dos motivos para que as empresas brasileiras estendam seus investimentos aplicando os seus recursos em outros países é a utilização dos efeitos dessa integração mundial por boas oportunidades de negócios, nesse rol podemos inserir as vantagens tributárias oferecidas em diferentes cenários econômicos. Diante do exposto, Almeida (2015, p. 233) destaca que os investidores estrangeiros quando optam em correr riscos ao aplicar os seus investimentos em outros países, buscam um cenário muito atrativo, este ambiente favorável é um dos maiores desafios na atualidade para os Estados.

Em se tratando de comércio internacional, mais especificamente num ambiente multijurisdicionado, incorre em aumento de complexidade, tendo em vista que a legislação, por si só, já é altamente dinâmica e extensa, ainda mais quando envolve mais de uma legislação tributária decorrente de transações econômicas entre empresas sediadas num país, mas que investem em outro. Calijuri (2009, p.

63) justifica que as pesquisas cujo escopo decorrem do comércio internacional tendem a ser mais complexas, pois, a combinação de múltiplas jurisdições valoriza a pesquisa tributária, com destaque para as alíquotas adicionais de tributos e variações na base tributária. Quanto as mudanças macroeconômicas ocorridas no Brasil, no período de 2002 a 2014, impactaram positivamente o ambiente dos negócios empresariais, motivando as trocas comerciais com outros países (CALLADO e FERREIRA, 2015, p. 73).

## 2.4 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

A tributação no Brasil é altamente complexa, envolvendo vários tipos de custos (tributários e não tributários), os quais atingem as organizações, limitando o crescimento e absorvendo grande parte do faturamento e do lucro (SANTIAGO E SILVA, 2006, p. 24). Segundo Nascimento e Reginato (2013, p. 265), planejamento tributário consiste em avaliar o impacto da produção, vendas e prestação de serviços na carga tributária empresarial, buscando amenizar de maneira legal, um esforço financeiro desnecessário e exagerado.

O Planejamento Tributário surgiu como uma técnica de especialização em busca do mais alto grau de eficiência por meio da integração multidisciplinar, que convivem no cenário macroeconômico mundial, no intuito de aperfeiçoar a operacionalização da produção em sentido genérico, e também atender exigências legais voltadas para o âmbito tributário. Para a pessoa jurídica, o planejamento tributário representa a sobrevivência no mundo dos negócios moderno, em que a concorrência é muito alta. Desta forma, uma obrigação do administrador é identificar oportunidades para estimular a eficiência tributária (FILHO, 2009, p.9).

Shevlin (1999, p. 1) afirma que a pesquisa em planejamento tributário examina as manifestações e as influências das regras tributárias frente as empresas e indivíduos na condução de suas vidas. A existência de um equilíbrio entre os diversos conhecimentos e suas aplicações, tende a proporcionar um modelo de consistência organizacional, produzindo segurança econômica a cadeia de valor (todas as partes) em que a entidade esteja inserida, e assim, sucessivamente ocorrerá com as demais que também optem por essa maneira de se estruturar. A alta carga tributária que se faz presente nos negócios e a grande extensão da legislação que regulamenta a tributação são os motivos que mais se destacam pela aplicação do planejamento tributário. (BORGES, 2015, p.37).

O conceito de planejamento tributário anotado por Oliveira (2005, p. 179), afirma que a prevenção nos negócios deve ser encarada de maneira dinâmica, científica e permanente, sendo a economia dos tributos o grande objetivo deste recurso. Gallo (2007, p. 45), esclarece que o planejamento tributário ameniza a carga tributária, é como se a base de cálculo a ser tributada fosse reduzida, impactando positivamente na eficiência tributária. A técnica pode ser aplicada em rendas corporativas e pessoais. Os custos necessitam de uma atenção especial, uma vez que sendo mal gerenciados podem provocar o desequilíbrio econômico-financeiro da instituição. Esta preocupação foi levantada por Calijuri (2009, p. 67), que pontuou elementos do patrimônio potencialmente depreciados pelos tributos, quais sejam os preços dos ativos, retorno dos investimentos ou até mesmo a influência na determinação da estrutura de capital das empresas.

Em suma, o planejamento tributário é a ação respaldada no ordenamento jurídico, cujo objetivo é a redução do pagamento do tributo, visto que a eficiência nos

custos tributários fortalece a estrutura financeira das empresas (ALEXANDRE, 2013, p. 269).

## 2.5 AGRESSIVIDADE FISCAL

Conforme Martinez e Ramalho (2014, p.1), a agressividade fiscal provoca uma acentuada redução da base de cálculo a ser tributada, utilizando-se de técnicas inerentes ao planejamento tributário, podendo ser consideradas legais ou ilegais. Por meio da agressividade fiscal, busca-se a redução da base tributável aplicando técnicas de planejamento tributário, todavia, as ações agressivas correm o risco de serem entendidas como práticas ilícitas (CHEN et al 2010, p. 45). Frischmann, Shevlin e Wilson (2008, p. 264) definem agressividade fiscal como um alto empenho pela busca de posições fiscais significativas, porém, com baixa sustentação legal.

Outra definição é dada por Lisowsky, Robinson, Schmidt (2010, p. 11), como um conjunto de atividades de evasão fiscal, ou seja, ações pouco legítimas, utilizando-se de paraísos fiscais de maneira intensa. A busca pela redução dos custos tributários ocorre em vários países, prova disso é a estratégia de postergação do pagamento do tributo ocorrida nos Estados Unidos, com transações entre partes relacionadas no exterior, de acordo com Taylor, Richardson e Lanis (2015, p. 28), as multinacionais americanas utilizam-se dos ganhos de suas subsidiárias no exterior com o propósito de adiar a tributação doméstica, pois a tributação só ocorrerá quando da repatriação dos lucros.

Iudícibus e Pohlmann (2010, p. 7), apontam a sistemática tributária incidente sobre o lucro contábil, informando que o percentual teórico da tributação sobre o lucro das empresas, é de aproximadamente 34%, decorrente da soma do IRPJ

(15%), CSLL (9%) e mais 10% de excedente, este nos casos previstos na legislação. Dalfior (2015, p. 21) informa que o percentual legal dos tributos que incidem sobre o lucro contábil das empresas é cerca de 34%, e que as empresas consideradas agressivas são as que atingem um índice menor que este valor de referência. Estamos cientes de que na seara tributária existem muito mais tributos além dos que incidem sobre o lucro contábil. Classificar de maneira absoluta uma empresa como sendo agressiva apenas quando alcança a redução do percentual apresentado acima (Dalfior, 2015, p.21), poderia soar como um exagero, desse modo reconhecemos que a classificação é imperfeita, todavia, embasado na teoria apresentada, decorrente das pesquisas analisadas e por falta de uma classificação que seja mais próxima da realidade do cenário brasileiro - quanto maior a tributação sobre o lucro, maior será o endividamento (IUDÍCIBUS E POHLMANN, 2010, p.1) – e por analogia quanto menor a tributação incidente sobre o lucro, mais agressiva a empresa, sendo assim, pelo exposto utilizaremos a mesma classificação na pesquisa.

## 2.6 TAXA EFETIVA TRIBUTÁRIA (ETR) CONCEITO E APLICAÇÃO

O ETR (*Effective Tax Rate*) é uma despesa tributária, cuja função consiste em auxiliar na estimativa dos custos tributários da empresa. Existem elementos que devem ser analisados, como as diferenças temporárias e permanentes, pertencentes aos lucros contábil e fiscal (SCHOLES E WOLFSON, 1992, p.453).

Giannini e Maggiulli (2002, p.12) afirmam que a ETR pode ser adotada para se avaliar o real impacto da carga tributária das empresas, além de explicar os seus efeitos nas tomadas de decisão. A maioria dos trabalhos que envolvem agressividade fiscal utiliza a ETR como variável dependente (HANLON e

HEITZMAN, 2010, p.131). Dalfior (2015, p. 18) esclarece que a taxa de imposto efetiva (*Effective Tax Rate – ETR*) é calculada por meio da divisão da soma do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ), e da contribuição social sobre o lucro (CSLL), pelo lucro antes dos impostos (LAIR). Portanto, a ETR é a taxa de imposto efetiva, medida utilizada para mensurar a efetiva carga tributária das empresas. Dunbar *et al.* (2010, p.21) afirmam que a taxa de imposto efetiva (*Effective Tax Rate – ETR*) é uma métrica para a mensuração da agressividade tributária empresarial. Para Hanlon e Heitzman (2010, p.141), o cálculo da ETR não é singular, o que pode impactar sobre as questões de pesquisa, em resumo significa um cálculo que divide alguma estimativa de imposto por uma medida antes de impostos sobre os lucros ou sobre os fluxos de caixa. Uma possível maneira de praticar a agressividade fiscal é quando um grupo econômico intensifica as transações com partes relacionadas em diferentes países, pois a multinacionalidade possibilita alternativas para este aspecto tributário (TAYLOR, RICHARDSON e LANIS, 2015, p.25).

Conforme pesquisa realizada por Rego (2003, p. 828), as empresas multinacionais, que atuam com operações estrangeiras em vários países, e que são maiores no tamanho, quando investem em economias de escala multinacional tendem a ter ETR menor, tais empresas utilizam esta opção para a realização de planejamento tributário. Taylor, Richardson e Lanis (2015, p. 37) informam que as variáveis de controle: Size, Leverage, ROA, períodos, são aplicadas em pesquisas envolvendo partes relacionadas no âmbito da multinacionalidade.

## 2.7 DEFINIÇÕES DAS HIPÓTESES DE PESQUISA

Diante do contexto e do problema de pesquisa apresentados, surgem, então, as hipóteses de pesquisa a seguir:

**H1:** A relação entre a agressividade e a participação de investimento é variável ao longo da amostra.

**H2:** Nas empresas mais agressivas, a presença de investimentos no exterior e a sua crescente relevância (peso), explicam uma maior agressividade.

As hipóteses apresentadas buscam esclarecer ao nível da amostra, se a existência de transações com partes relacionadas no exterior e os crescentes aumentos desses investimentos tornam as empresas investidoras mais agressivas tributariamente.

### 3 METODOLOGIA: MÉTODO DE PESQUISA E COLETA DE DADOS

Segundo Cooper & Schindler (2003, p.136), um estudo descritivo atende os seguintes escopos: descrições de fenômenos associados à população alvo, estimar os indicadores associados às variáveis dessa população e as descobertas de associação entre diferentes variáveis. O presente estudo é de cunho descritivo, pois, tem a proposta de investigar o nível de agressividade fiscal das empresas que têm investimento externo ou não, e em seguida, estimar essa agressividade correlacionando-a com outras variáveis ou comparando-as.

**TABELA 1: PROCESSO DE FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA**

| Descrição  | Quantidade |
|--|------------|
| Total de empresas já excluídas as financeiras    | 350        |
| (x) Quantidade de períodos (anos)                | 05         |
| (=) Quantidade de observações possíveis          | 1750       |
| (-) Exclusão de empresas com dados insuficientes | (152)      |
| (-) Exclusão de empresas com dados discrepantes  | (05)       |
| (=) Quantidade de observações utilizadas         | 1593       |

Fonte: Tabela elaborada pelo autor conforme dados da pesquisa

Para atingir os objetivos do estudo, os dados foram coletados no banco de dados do Economática® e nas Demonstrações Contábeis das empresas. A população amostral foi composta por 350 companhias não financeiras de capital aberto listadas na BM&FBovespa (como se observa na Tabela 1) no período de 2011 a 2015 e ativas em todos os anos citados. Inicialmente, foram excluídas as empresas sem informações de pelo menos uma das variáveis em um determinado ano – exceto a variável que caracterizava o valor investido no exterior, após esses filtros a amostra reduziu para 198 empresas. Também foram excluídas empresas que exibiram dados discrepantes para variável ETR que poderiam desvirtuar as

análises. A amostra final foi constituída por 193 empresas, sendo 135 empresas sem investimento externo e 58 com investimento externo.

A coleta de dados se deu por meio do Económática® e das demonstrações contábeis, em que se relacionou/calculou as variáveis explicativas: ativo total (Size), leverage, ROA, peso de investimento externo e a variável dependente ETR.

### 3.1 MÉTODOS ESTATÍSTICOS E COMPARAÇÃO DAS REGRESSÕES TRADICIONAL E QUANTÍLICA

Coletados e tratados os dados aplicou-se a estatística descritiva para apresentar as variáveis do conjunto de dados. Tal técnica corresponde aos métodos que facilitam coletar, resumir, demonstrar e analisar um conjunto de dados (LEVINE et. Al., 2014, p. 4). Nesse processo inicial busca-se avaliar a distribuição e o comportamento da dispersão das características por meio das medidas estatística.

De acordo com Gujarati (2011, p.39), a análise de regressão tradicional significa explicar uma variável dependente, utilizando-se de outras variáveis, que a princípio, tenham certo grau de aproximação, cujo intuito é a obtenção de um resultado próximo do estimado, uma média. A regressão linear tradicional possui limitações porque só apresenta uma reta de regressão para o caso da média, ao passo que a regressão quantílica divide a amostra em várias partes, permitindo se aprofundar na análise amostral fornecendo maior qualidade e segurança (FILHO, FUNCHAL e ZAMPROGNO, 2009, p. 314).

Koenker e Basset (1978, p.34), buscam aplicar a regressão quantílica para a estimativa de funções-modelo, em que quantis da distribuição condicional da variável de resposta são expressos como funções de co-variáveis observados. Gostaríamos de pensar que a regressão de quantis está gradualmente tornando-se

uma estratégia global para completar a imagem de regressão (HALLOCK e KOENKER, 2001, p. 143 e 154).

Nesta pesquisa, de acordo com a literatura apresentada com os devidos argumentos, dividiremos a amostra em quantis (10%; 20%; 30%; ...), desse modo será possível uma análise mais aprofundada, o que acarretará em mais segurança e qualidade no momento da divulgação dos resultados e responder a questão da pesquisa.

### 3.2 REGRESSÃO QUANTÍLICA

A regressão quantílica proposta por Koenker e Basset (1978, p.34) foi utilizada para responder as hipóteses do estudo.

Filho, Funchal e Zamprogno (2009, p. 317), utilizaram-se da técnica de regressão quantílica porque permite estimar toda a distribuição condicional da variável a ser explicada, dividindo a amostra em vários quantis, podendo direcionar a análise para as informações de maior interesse convergente à pesquisa. Silva (2013, p. 15) fez uso da regressão quantílica argumentando ser uma opção mais focada e que elimina possíveis *outliers*. Na sequência, Souza (2010, p. 12) em sua pesquisa sobre o consumo de energia elétrica e as variáveis socioeconômicas, cita que devido à aplicação da regressão quantílica foi possível mensurar, com mais segurança, o grau de impacto do consumo de energia elétrica sobre o PIB brasileiro.

Evidenciada a relevância do modelo quantílico e associado aos propósitos citados por Gujarati (2011, p.40), nesta pesquisa a regressão quantílica será aplicada para mensurar a agressividade fiscal representada pela variável ETR, das empresas brasileiras que realizam transações com partes relacionadas no exterior.

O modelo populacional empregado para testar as hipóteses de estudo, é dado pela equação a seguir:

$$ETR_i(q) = \beta_0(q) + \beta_1(q) * DInvExt_i + \beta_2(q) * (PesoInvestExt) + \beta_3(q) * Size_i + \beta_4(q) * ROA_i + \beta_5(q) * Leverage_i + \beta_t(q) DummyAno_{ti} + \varepsilon_i$$

onde,

$q$  – representa quantil a ser estimado;

$ETR_i$  – Indicador de agressividade da  $i$ -ésima empresa;

$DInvExt_i$  – Recebe um (1) se a  $i$ -ésima empresa faz investimento externo e zero (0) caso contrário;

$PesoInvestExt_i$  – Valor de investimento externo da  $i$ -ésima empresa;

$LogSize_i$  – Logaritmo natural do Ativo total da  $i$ -ésima empresa.

$ROA_i$  – Retorno sobre o ativo da  $i$ -ésima empresa;

$Leverage_i$  – Alavancagem financeira da  $i$ -ésima empresa;

$DummyAno_t$  – Representa o ano  $t$ ;

Os coeficientes  $\beta_1$  e  $\beta_2$  são os coeficientes associados na busca por respostas às hipóteses do estudo. Para a hipótese H1, será avaliado o comportamento dos coeficientes (diferenças) nos modelos por quantis  $q$ , estimados separadamente. Para responder a hipótese H2, serão observados a significância dos coeficientes e a magnitude dos valores estimados.

## 4 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADO DA PESQUISA

As próximas duas subseções exibem os resultados das estatísticas descritivas da amostra e dos modelos estimados, este último com a proposta de avaliar se as empresas com participação de investimento são mais agressivas ou não.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A Tabela 2 apresenta a média das variáveis por setor, conglomerando o período entre 2011 e 2015, e a Tabela 3 as medidas descritivas por grupo – presença de investimento no exterior e sem presença de investimento no exterior.

Do total de 193, aproximadamente 33% são empresas oriundas dos segmentos de Energia Elétrica, Comércio, Construção ou alimentos. Destes, é possível observar que incidiu com a menor média de ETR, o setor de construção civil, e a maior, o setor de alimentos e bebidas.

Ao analisar o tamanho da empresa (*LogSize*) por setor, nota-se que o setor de Energia Elétrica e Papel celulose incidiram com as maiores médias. Referente à alavancagem financeira (*leverage*), destacam-se, os setores de Transporte e Serviços e Papel e Celulose com maiores médias, em contrapartida, com menores médias, o setor de Eletroeletrônicos e Telecomunicações.

**TABELA 2 - MÉDIAS DAS VARIÁVEIS POR SETOR – 2011 A 2015**

| Setor Económica   | n  | n%    | Média  |         |        |          |
|-------------------|----|-------|--------|---------|--------|----------|
|                   |    |       | ETR    | LogSize | ROA    | Leverage |
| Energia Elétrica  | 21 | 10,9% | 0,3124 | 7,0851  | 0,0565 | 0,3357   |
| Comércio          | 15 | 7,8%  | 0,3457 | 6,5847  | 0,0537 | 0,2651   |
| Construção        | 15 | 7,8%  | 0,2705 | 6,5428  | 0,0649 | 0,3128   |
| Alimentos e Beb   | 12 | 6,2%  | 0,3673 | 6,3169  | 0,0727 | 0,3908   |
| Siderur & Metalur | 12 | 6,2%  | 0,3640 | 6,2932  | 0,0758 | 0,4056   |
| Textil            | 12 | 6,2%  | 0,2967 | 6,7000  | 0,0761 | 0,2775   |
| Veiculos e peças  | 12 | 6,2%  | 0,2175 | 6,1002  | 0,1136 | 0,2832   |

|                    |            |             |               |               |               |               |
|--------------------|------------|-------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Transporte Serviço | 10         | 5,2%        | 0,3527        | 6,6396        | 0,0634        | 0,4983        |
| Petróleo e Gás     | 5          | 2,6%        | 0,3315        | 6,6376        | 0,0511        | 0,3417        |
| Química            | 5          | 2,6%        | 0,1334        | 6,7434        | 3,9006        | 0,2938        |
| Máquinas Indúst.   | 4          | 2,1%        | 0,2411        | 5,9795        | 0,1258        | 0,1983        |
| Mineração          | 4          | 2,1%        | 0,3154        | 6,6863        | 0,2315        | 0,1984        |
| Papel e Celulose   | 4          | 2,1%        | 0,8916        | 7,0629        | 0,0217        | 0,4398        |
| Software e Dados   | 4          | 2,1%        | 0,2303        | 5,8905        | 0,0578        | 0,2800        |
| Agro e Pesca       | 3          | 1,6%        | 0,2711        | 6,3225        | 0,0481        | 0,3821        |
| Eletroeletrônicos  | 3          | 1,6%        | 0,1713        | 6,0218        | 0,6604        | 0,0977        |
| Telecomunicações   | 3          | 1,6%        | 0,6084        | 6,0625        | 0,0819        | 0,1244        |
| Minerais não Met.  | 2          | 1,0%        | 0,3212        | 5,9337        | 0,0887        | 0,2272        |
| Outros             | 47         | 24,4%       | 0,3172        | 6,2430        | 0,0876        | 0,2645        |
| <b>Total</b>       | <b>193</b> | <b>100%</b> | <b>0,3224</b> | <b>6,4667</b> | <b>0,1872</b> | <b>0,3079</b> |

Fonte: Elaborada pelo autor.

Ao mensurar as medidas da variável por grupo, destacam-se os seguintes pontos: **ETR** – médias e desvio padrão com valores semelhantes; já os quartis 0,40 e 0,60 apresentaram valores menores no grupo com presença de investimento no exterior; **LogSize** – médias com proximidades e sem diferenças significativas nos quartis; **ROA** – a média bem inferior para os grupos com investimento externo, esse resultado não permanece quando avalia os quartis.

Vale observar que o grupo sem investimento apresentou maior variabilidade (desvio padrão) neste indicador; **Leverage** – no grupo com presença de investimento, permeou um grau de alavancagem financeira superior em todas as medidas quando comparado ao grupo sem presença de investimento.

**TABELA 3 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS POR GRUPO – 2011 A 2015**

| Variável        | Grupo            | Média  | Desvio Padrão | Quantil |        |        |        |
|-----------------|------------------|--------|---------------|---------|--------|--------|--------|
|                 |                  |        |               | 0,20    | 0,40   | 0,60   | 0,80   |
| <b>ETR</b>      | Com Investimento | 0,3269 | 0,5732        | 0,0819  | 0,1829 | 0,2693 | 0,3529 |
|                 | Sem Investimento | 0,3203 | 0,5640        | 0,0808  | 0,2104 | 0,2810 | 0,3423 |
|                 | Geral            | 0,3224 | 0,5666        | 0,0818  | 0,2024 | 0,2779 | 0,3455 |
| <b>Log Size</b> | Com Investimento | 6,6303 | 0,7723        | 5,9911  | 6,3988 | 6,7728 | 7,2168 |
|                 | Sem Investimento | 6,3923 | 0,8456        | 5,8214  | 6,3430 | 6,6763 | 7,0545 |
|                 | Geral            | 6,4667 | 0,8304        | 5,8996  | 6,3677 | 6,7036 | 7,1003 |
| <b>ROA</b>      | Com Investimento | 0,0961 | 0,1801        | 0,0202  | 0,0469 | 0,0722 | 0,1212 |
|                 | Sem Investimento | 0,2287 | 3,0402        | 0,0169  | 0,0374 | 0,0615 | 0,1012 |
|                 | Geral            | 0,1872 | 2,5228        | 0,0177  | 0,0401 | 0,0647 | 0,1052 |

|                 |                  |        |        |        |        |        |        |
|-----------------|------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
|                 | Com Investimento | 0,3476 | 0,1893 | 0,1885 | 0,3045 | 0,4050 | 0,4931 |
| <b>Leverage</b> | Sem Investimento | 0,2899 | 0,2172 | 0,1044 | 0,2313 | 0,3236 | 0,4281 |
|                 | Geral            | 0,3079 | 0,2105 | 0,1257 | 0,2555 | 0,3422 | 0,4527 |

Fonte: Elaborada pelo autor.

## 4.2 RESULTADO DO MODELO

A Tabela 03 apresenta a distribuição de frequência por faixa do ETR com amplitude 0,10 e as respectivas médias e desvios, com a intenção de analisar a distribuição da amostra dos quantis de 0,10 a 0,90. Ao avaliar a tabela, observa-se que a distribuição do ETR associado ao conjunto de dados não extrapola 50% (ou 0,50), ou seja, em boa parte das observações (empresas) apresentam uma estatística inferior ou igual a esse valor.

**TABELA 4 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA POR FAIXA ETR – 2011 A 2015**

| Faixa do ETR  | Sem Investimento |       |               | Com Investimento |       |               | Total |       |               |
|---------------|------------------|-------|---------------|------------------|-------|---------------|-------|-------|---------------|
|               | n                | Média | Desvio Padrão | n                | Média | Desvio Padrão | n     | Média | Desvio Padrão |
| 0,00 l-- 0,10 | 153              | 0,042 | 0,032         | 74               | 0,040 | 0,035         | 227   | 0,041 | 0,033         |
| 0,10 l-- 0,20 | 91               | 0,152 | 0,030         | 57               | 0,154 | 0,030         | 148   | 0,153 | 0,030         |
| 0,20 l-- 0,30 | 199              | 0,255 | 0,030         | 67               | 0,255 | 0,026         | 266   | 0,255 | 0,029         |
| 0,30 l-- 0,40 | 121              | 0,337 | 0,025         | 49               | 0,336 | 0,025         | 170   | 0,336 | 0,025         |
| 0,40 l-- 0,50 | 27               | 0,451 | 0,029         | 22               | 0,439 | 0,028         | 49    | 0,445 | 0,029         |
| 0,50 l-- 0,60 | 16               | 0,546 | 0,027         | 5                | 0,561 | 0,021         | 21    | 0,549 | 0,026         |
| 0,60 l-- 0,70 | 11               | 0,654 | 0,037         | 2                | 0,639 | 0,043         | 13    | 0,652 | 0,036         |
| Acima de 0,70 | 27               | 1,898 | 1,165         | 17               | 1,727 | 1,033         | 44    | 1,832 | 1,106         |

Fonte: Elaborada pelo autor.

Ao avaliar essas informações e partindo do pressuposto que as empresas que apresentam um ETR de no máximo 34%, são tratadas como agressivas, e acima deste valor, como não agressivas tributariamente (DALFIOR 2015, p. 21). Foi delineado estimar o modelo quantílico para quantis 0,10, 0,20, 0,30, 0,40 e 0,50, medidas estas, percebidas como relevantes aos propósitos desse estudo. As tabelas de 4 a 8 apresentam as estimativas das regressões, respectivamente.

Ao analisar a Regressão Quantílica estimada para o Quantil 0,10; evidencia-se que o volume estimado no exterior apresenta relação positiva com ETR, ou seja, empresa com nível de ETR de 10%, ao investir no exterior, tornam-se menos agressivas. Das variáveis de controle, demonstra-se estatisticamente que o tamanho da empresa (LogSize) apresenta relação positiva índice de agressividade (ETR), ou seja, quanto maior for o tamanho da empresa menos agressiva fiscalmente ela se torna.

**TABELA 5 - RESULTADOS DO MODELO QUANTIL DE 10%. VARIÁVEL DEPENDENTE ETR**

| Variável     | Coeficiente | Erro Padrão | t      | p-valor | Intervalo de Confiança (95%) |        |
|--------------|-------------|-------------|--------|---------|------------------------------|--------|
|              |             |             |        |         | Mínimo                       | Máximo |
| DummyInvExt  | -0,007      | 0,011       | -0,710 | 0,477   | -0,028                       | 0,013  |
| PesoInvestEx | 0,003       | 0,001       | 2,290  | 0,022** | 0,000                        | 0,005  |
| LogSize      | 0,029       | 0,006       | 4,850  | 0,000** | 0,017                        | 0,040  |
| ROA          | -0,003      | 0,002       | -1,600 | 0,109   | -0,007                       | 0,001  |
| Leverage     | -0,016      | 0,023       | -0,690 | 0,490   | -0,062                       | 0,030  |
| dummy2012    | -0,034      | 0,015       | -2,270 | 0,024** | -0,064                       | -0,005 |
| dummy2013    | -0,038      | 0,015       | -2,500 | 0,013** | -0,068                       | -0,008 |
| dummy2014    | -0,045      | 0,015       | -2,960 | 0,003** | -0,075                       | -0,015 |
| dummy2015    | -0,039      | 0,015       | -2,560 | 0,011** | -0,069                       | -0,009 |
| Constante    | -0,102      | 0,039       | -2,650 | 0,008** | -0,178                       | -0,026 |

**Nota:** \*\* Significativo ao nível de 5%; Pseudo R = 4,59%;

$$ETR_i(0,10) = \beta_0(0,10) + \beta_1(0,10) * DInvExt_i + \beta_2(0,10) * (DInvExt * PesoInvestExt) + \beta_3(0,10) * Size_i + \beta_4(0,10) * ROA_i + \beta_5(0,10) * Leverage_i + \beta_t(0,10) DummyAno_{it} + \varepsilon_i$$

onde,  $ETR_i$  – Indicador de agressividade da i-ésima empresa;  $DInvExt_i$  – Recebe um (1) se a i-ésima empresa faz investimento externo e zero (0) caso contrário;  $PesoInvestExt_i$  – Valor de investimento externo da i-ésima empresa;  $LogSize_i$  – Logaritmo natural do Ativo total da i-ésima empresa.  $ROA_i$  – Retorno sobre o ativo da i-ésima empresa;  $Leverage_i$  – Alavancagem financeira da i-ésima empresa;  $DummyAno_t$  – Representa o ano t;

Fonte: Elaborada pelo autor.

Ao avaliar estatísticas do quantil 0,20; evidencia-se que empresas com investimento no exterior, reduzem o seu ETR em 2,7%, mas por consequência tornam-se mais agressivas fiscalmente. Das variáveis de controle, o tamanho da empresa (LogSize) também apresenta relação positiva índice de agressividade (ETR).

**TABELA 6 - RESULTADOS DO MODELO QUANTIL DE 20%. VARIÁVEL DEPENDENTE ETR**

| Variável     | Coeficiente | Erro Padrão | t      | p-valor | Intervalo de Confiança (95%) |        |
|--------------|-------------|-------------|--------|---------|------------------------------|--------|
|              |             |             |        |         | Mínimo                       | Máximo |
| DummyInvExt  | -0,027      | 0,010       | -2,590 | 0,010** | -0,047                       | -0,006 |
| PesoInvestEx | 0,002       | 0,038       | 0,060  | 0,948   | -0,072                       | 0,077  |
| LogSize      | 0,049       | 0,008       | 6,380  | 0,000** | 0,034                        | 0,063  |
| ROA          | 0,000       | 0,030       | -0,010 | 0,992   | -0,059                       | 0,059  |
| Leverage     | -0,025      | 0,036       | -0,700 | 0,482   | -0,095                       | 0,045  |
| dummy2012    | -0,033      | 0,026       | -1,280 | 0,200   | -0,085                       | 0,018  |
| dummy2013    | -0,051      | 0,016       | -3,280 | 0,001** | -0,082                       | -0,021 |
| dummy2014    | -0,059      | 0,015       | -3,950 | 0,000** | -0,088                       | -0,030 |
| dummy2015    | -0,049      | 0,014       | -3,450 | 0,001** | -0,076                       | -0,021 |
| Constante    | -0,167      | 0,049       | -3,380 | 0,001** | -0,264                       | -0,070 |

**Nota:** \*\* Significativo ao nível de 5%; *Pseudo R* = 4,59%;

$$ETR_i(0,20) = \beta_0(0,20) + \beta_1(0,20) * DInvExt_i + \beta_2(0,20) * (DInvExt * PesoInvestEx)_i + \beta_3(0,20) * Size_i + \beta_4(0,20) * ROA_i + \beta_5(0,20) * Leverage_i + \beta_t(0,20) DummyAno_{ti} + \varepsilon_i$$

onde,  $ETR_i$  – Indicador de agressividade da  $i$ -ésima empresa;  $DInvExt_i$  – Recebe um (1) se a  $i$ -ésima empresa faz investimento externo e zero (0) caso contrário;  $PesoInvestEx_i$  – Valor de investimento externo da  $i$ -ésima empresa;  $LogSize_i$  – Logaritmo natural do Ativo total da  $i$ -ésima empresa.  $ROA_i$  – Retorno sobre o ativo da  $i$ -ésima empresa;  $Leverage_i$  – Alavancagem financeira da  $i$ -ésima empresa;  $DummyAno_t$  – Representa o ano  $t$ ;

Fonte: Elaborada pelo autor.

Ao avaliar os resultados da regressão para Quantil 0,30, nota-se que os mesmos coeficientes foram significativos - dummy de investimento e tamanho, sendo que, neste segundo modelo o impacto no ETR é maior, saindo de 2,7% (quantil 0,20) para 5,5% (quantil 0,30), ou seja, havendo uma empresa com investimento no exterior com esse nível de ETR, esta será considerada mais agressiva em torno de 5,5%.

**TABELA 7 - RESULTADOS DO MODELO QUANTIL DE 30%. VARIÁVEL DEPENDENTE ETR**

| Variável     | Coeficiente | Erro Padrão | t      | p-valor | Intervalo de Confiança (95%) |        |
|--------------|-------------|-------------|--------|---------|------------------------------|--------|
|              |             |             |        |         | Mínimo                       | Máximo |
| DummyInvExt  | -0,055      | 0,015       | -3,660 | 0,000** | -0,085                       | -0,026 |
| PesoInvestEx | 0,002       | 0,002       | 1,280  | 0,202   | -0,001                       | 0,006  |
| LogSize      | 0,050       | 0,009       | 5,900  | 0,000** | 0,034                        | 0,067  |
| ROA          | -0,001      | 0,003       | -0,320 | 0,753   | -0,006                       | 0,005  |
| Leverage     | 0,011       | 0,034       | 0,340  | 0,737   | -0,055                       | 0,077  |
| dummy2012    | 0,004       | 0,022       | 0,180  | 0,854   | -0,039                       | 0,047  |
| dummy2013    | -0,030      | 0,022       | -1,360 | 0,175   | -0,072                       | 0,013  |

|           |        |       |        |         |        |        |
|-----------|--------|-------|--------|---------|--------|--------|
| dummy2014 | -0,053 | 0,022 | -2,430 | 0,015** | -0,096 | -0,010 |
| dummy2015 | -0,058 | 0,022 | -2,670 | 0,008** | -0,101 | -0,015 |
| Constante | -0,137 | 0,056 | -2,470 | 0,014** | -0,246 | -0,028 |

**Nota:** \*\* Significativo ao nível de 5%; *Pseudo R* = 5,13%;

$$ETR_i(0,30) = \beta_0(0,30) + \beta_1(0,30) * DInvExt_i + \beta_2(0,30) * (DInvExt * PesoInvestExt) + \beta_3(0,30) * Size_i + \beta_4(0,30) * ROA_i + \beta_5(0,30) * Leverage_i + \beta_t(0,30)DummyAno_{ti} + \varepsilon_i$$

onde,  $ETR_i$  – Indicador de agressividade da  $i$ -ésima empresa;  $DInvExt_i$  – Recebe um (1) se a  $i$ -ésima empresa faz investimento externo e zero (0) caso contrário;  $PesoInvestExt_i$  – Valor de investimento externo da  $i$ -ésima empresa;  $LogSize_i$  – Logaritmo natural do Ativo total da  $i$ -ésima empresa.  $ROA_i$  – Retorno sobre o ativo da  $i$ -ésima empresa;  $Leverage_i$  – Alavancagem financeira da  $i$ -ésima empresa;  $DummyAno_t$  – Representa o ano  $t$ ;

Fonte: Elaborada pelo autor.

Ao avaliar os resultados da regressão para quantil 0,40; identifica os mesmos resultados do modelo do quantil 0,30; ou seja, existindo uma empresa com investimento no exterior com esse nível de ETR, esta será mais agressiva fiscalmente em torno de 5,5%.

**TABELA 8 - RESULTADOS DO MODELO QUANTIL DE 40%. VARIÁVEL DEPENDENTE ETR**

| Variável     | Coeficiente | Erro Padrão | t      | p-valor | Intervalo de Confiança (95%) |        |
|--------------|-------------|-------------|--------|---------|------------------------------|--------|
|              |             |             |        |         | Mínimo                       | Máximo |
| DummyInvExt  | -0,055      | 0,020       | -2,810 | 0,005** | -0,094                       | -0,017 |
| PesoInvestEx | 0,002       | 0,034       | 0,060  | 0,952   | -0,064                       | 0,068  |
| LogSize      | 0,052       | 0,010       | 5,010  | 0,000** | 0,032                        | 0,072  |
| ROA          | -0,002      | 0,066       | -0,020 | 0,982   | -0,132                       | 0,129  |
| Leverage     | 0,024       | 0,038       | 0,640  | 0,524   | -0,050                       | 0,098  |
| dummy2012    | 0,008       | 0,018       | 0,440  | 0,662   | -0,028                       | 0,044  |
| dummy2013    | -0,011      | 0,018       | -0,610 | 0,543   | -0,046                       | 0,024  |
| dummy2014    | -0,029      | 0,016       | -1,850 | 0,065   | -0,060                       | 0,002  |
| dummy2015    | -0,059      | 0,020       | -3,010 | 0,003** | -0,097                       | -0,020 |
| Constante    | -0,120      | 0,064       | -1,870 | 0,062   | -0,247                       | 0,006  |

**Nota:** \*\* Significativo ao nível de 5%; *Pseudo R* = 3,49%

$$ETR_i(0,40) = \beta_0(0,40) + \beta_1(0,40) * DInvExt_i + \beta_2(0,40) * (DInvExt * PesoInvestExt) + \beta_3(0,40) * Size_i + \beta_4(0,40) * ROA_i + \beta_5(0,40) * Leverage_i + \beta_t(0,40)DummyAno_{ti} + \varepsilon_i$$

onde,  $ETR_i$  – Indicador de agressividade da  $i$ -ésima empresa;  $DInvExt_i$  – Recebe um (1) se a  $i$ -ésima empresa faz investimento externo e zero (0) caso contrário;  $PesoInvestExt_i$  – Valor de investimento externo da  $i$ -ésima empresa;  $LogSize_i$  – Logaritmo natural do Ativo total da  $i$ -ésima empresa.  $ROA_i$  – Retorno sobre o ativo da  $i$ -ésima empresa;  $Leverage_i$  – Alavancagem financeira da  $i$ -ésima empresa;  $DummyAno_t$  – Representa o ano  $t$ ;

Fonte: Elaborada pelo autor.

E por fim, o modelo estimado para Quantil 0,50; resultados este apresentado na Tabela 8, nota-se que apenas o tamanho da empresa mostrou-se significativo ao nível de 5% de significância.

**TABELA 9 - RESULTADOS DO MODELO QUANTIL DE 50%. VARIÁVEL DEPENDENTE ETR**

| Variável     | Coeficiente | Erro Padrão | t      | p-valor | Intervalo de Confiança (95%) |        |
|--------------|-------------|-------------|--------|---------|------------------------------|--------|
|              |             |             |        |         | Mínimo                       | Máximo |
| DummyInvExt  | -0,024      | 0,015       | -1,570 | 0,116   | -0,055                       | 0,006  |
| PesoInvestEx | 0,002       | 0,002       | 0,850  | 0,395   | -0,002                       | 0,005  |
| LogSize      | 0,053       | 0,009       | 6,030  | 0,000** | 0,035                        | 0,070  |
| ROA          | -0,002      | 0,003       | -0,710 | 0,477   | -0,008                       | 0,004  |
| Leverage     | 0,024       | 0,034       | 0,690  | 0,490   | -0,044                       | 0,091  |
| dummy2012    | 0,015       | 0,022       | 0,690  | 0,491   | -0,028                       | 0,059  |
| dummy2013    | -0,002      | 0,022       | -0,070 | 0,946   | -0,045                       | 0,042  |
| dummy2014    | -0,015      | 0,022       | -0,690 | 0,490   | -0,059                       | 0,028  |
| dummy2015    | -0,031      | 0,022       | -1,370 | 0,171   | -0,075                       | 0,013  |
| Constante    | -0,099      | 0,057       | -1,750 | 0,081   | -0,211                       | 0,012  |

**Nota:** \*\* Significativo ao nível de 5%; *Pseudo R* = 2,03%

$$ETR_i(0,50) = \beta_0(0,50) + \beta_1(0,50) * DInvExt_i + \beta_2(0,50) * (DInvExt * PesoInvestExt) + \beta_3(0,50) * Size_i + \beta_4(0,50) * ROA_i + \beta_5(0,50) * Leverage_i + \beta_t(0,50) * DummyAno_{ti} + \varepsilon_i$$

onde,  $ETR_i$  – Indicador de agressividade da *i*-ésima empresa;  $DInvExt_i$  – Recebe um (1) se a *i*-ésima empresa faz investimento externo e zero (0) caso contrário;  $PesoInvestExt_i$  – Valor de investimento externo da *i*-ésima empresa;  $LogSize_i$  – Logaritmo natural do Ativo total da *i*-ésima empresa.  $ROA_i$  – Retorno sobre o ativo da *i*-ésima empresa;  $Leverage_i$  – Alavancagem financeira da *i*-ésima empresa;  $DummyAno_{ti}$  – Representa o ano *t*;

Fonte: Elaborada pelo autor.

Portanto, das estimativas dos coeficientes de regressão quantílica estimados, a proxy dummy investimento se mostrou significativa nos modelos dos quantis 0,20; 0,30 e 0,40; sendo que nos dois últimos ocorreram resultados similares quanto a agressividade da empresa, ou seja, empresa com investimento externo e com estes níveis de ETR são mais agressivas fiscalmente. A outra proxy do estudo, representado pelo peso de investimento, mostrou-se significativo apenas para o modelo do quantil 0,10; evidenciando estatisticamente uma relação positiva com o ETR. Das variáveis de controle, o tamanho da empresa foi à única característica significativa em todos os modelos estimados, e também, correlacionados

positivamente com ETR - quanto maior o tamanho da empresa menos agressiva ela se torna.

### TABELA 10 - RESUMO DOS RESULTADOS

Com o objetivo de analisar os resultados de maneira resumida, a seguir será apresentada a tabela 10 com os devidos comentários.

| Tipo de Variável | Variável      | Quantil |          |          |          |         |
|------------------|---------------|---------|----------|----------|----------|---------|
|                  |               | 10%     | 20%      | 30%      | 40%      | 50%     |
| Proxy            | DummyInvExt   | -0,007  | -0,027** | -0,055** | -0,055** | -0,024  |
|                  | PesoInvestExt | 0,003** | 0,002    | 0,002    | 0,002    | 0,002   |
|                  | LogSize       | 0,029** | 0,049**  | 0,050**  | 0,052**  | 0,053** |
| Controle         | ROA           | -0,030  | 0,000    | -0,001   | -0,002   | -0,002  |
|                  | Leverage      | -0,016  | -0,025   | 0,011    | 0,024    | 0,024   |

**Nota:** \*\* Significativo ao nível de 5%;

Fonte: Elaborada pelo autor

A partir dos resultados encontrados, destacam-se as seguintes observações: ao analisar a regressão quantílica estimada para o quantil 0,10; evidencia-se que o volume estimado no exterior apresenta relação positiva com ETR, ou seja, empresa com nível de ETR de 10%, ao investir no exterior, tornam-se menos agressivas; ao avaliar os resultados da regressão para os quantis 0,30 e 0,40 o impacto no ETR é maior, saindo de 2,7% (quantil 0,20) para 5,5%, ou seja, havendo uma empresa com investimento no exterior nestes grupos, estas serão consideradas mais agressivas em torno de 5,5%. Esses resultados confirmam a teoria dos autores Taylor, Richardson e Lanis (2015) e Rego (2003), de que as empresas quando têm

investimentos no exterior por meio de transações com partes relacionadas são mais agressivas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo buscou-se mensurar a agressividade fiscal de empresas brasileiras com transações entre partes relacionadas no exterior.

As hipóteses foram testadas em uma amostra constituída por 193 empresas, sendo 135 empresas sem investimento externo e 58 com investimento externo, coletadas no banco de dados do Economática®. Foi utilizado no modelo de regressão uma variável *dummy* de investimento no exterior e uma variável de interação peso do investimento, além das variáveis de controle *SIZE*, *ROA*, *Leverage* e a *dummy* períodos. A agressividade fiscal foi mensurada pela utilização da variável dependente ETR.

Do total de 193 empresas, aproximadamente 33% são empresas oriundas dos segmentos de energia elétrica, comércio, construção ou alimentos. Destes, é possível observar que incidiu com a menor média de ETR, o setor de construção civil e a maior, o setor de alimentos e bebidas.

Ao analisar o tamanho da empresa (*LogSize*), notam-se os setores de Energia Elétrica e Papel Celulose aparecem com as maiores médias. Referente à alavancagem financeira (*Leverage*), destacam-se os setores de Transporte, Serviços e Papel Celulose com maiores médias, em contrapartida com menores médias, o setor de Eletroeletrônicos e Telecomunicações.

A partir dos resultados encontrados, destacam-se as seguintes observações: ao analisar a regressão quantílica estimada para o quantil 0,10; evidencia-se que o volume estimado no exterior apresenta relação positiva com ETR, ou seja, empresa com nível de ETR de 10%, ao investir no exterior, tornam-se menos agressivas; ao avaliar os resultados da regressão para os quantis 0,30 e 0,40 o impacto no ETR é

maior, saindo de 2,7% (quantil 0,20) para 5,5%, ou seja, havendo uma empresa com investimento no exterior nestes grupos, estas serão consideradas mais agressivas em torno de 5,5%. Esses resultados confirmam a teoria dos autores Taylor, Richardson e Lanis (2015) e Rego (2003), de que as empresas quando têm investimentos no exterior por meio de transações com partes relacionadas são mais agressivas.

O presente estudo pode contribuir com novas pesquisas relacionadas com os temas aqui pesquisados, tais como ETR, agressividade fiscal, regressão quantílica e partes relacionadas. Propõe-se, para futuras pesquisas, a utilização de outras variáveis ou períodos, podendo usar as medidas deste trabalho e outras utilizadas pela literatura pesquisada na área de Agressividade Fiscal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito tributário esquematizado**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2013.

ALMEIDA, Carlos. **Sistemas tributários competitivos à luz da interdisciplinaridade do direito tributário internacional**. Revista Novos Estudos Jurídicos, Vol. 20, 2015.

ALENCAR, Roberta Carvalho de. PEREIRA, Carlos Alberto. REZENDE, Amaury José. **Contabilidade tributária: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas**. São Paulo: Atlas, 2010.

AMARAL, Gilberto Luiz. OLENIKE, João Eloi. VIGGIANO, Letícia Mary Fernandes do Amaral. **Estudo sobre o verdadeiro custo da tributação**. IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, 2008.

ANDRADE, Luiz Claudio Magnago. TEIXEIRA, Aridelmo José Campanharo. FORTUNATO, Graziela. NOSSA, Valcemiro. **Determinantes para a utilização de práticas de contabilidade gerencial estratégica: um estudo empírico**. Revista de Administração Mackenzie, 2013.

ANUNCIAÇÃO, Elifaz Pereira. FILHO, Reinaldo Francisco. MARTINEZ, Antônio Lopo. **TRIBUTAÇÃO E DECISÕES EMPRESARIAIS: UMA ANÁLISE DO NÍVEL DE IMOBILIZAÇÃO E ENDIVIDAMENTO ANTES E APÓS O FIM DA CORREÇÃO MONETÁRIA**. Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT), 2013.

ARAÚJO Risolene Alves de Macena. SANTOS, Livia Maria da Silva. FILHO, Paulo Amilton Maia Leite. CÂMARA, Renata Paes de Barros. **Análise comparativa da agressividade fiscal das empresas listadas na BM&FBovespa e na NYSE**. Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT), 2016.

BORGES, Humberto Bonavides. **Gerência de impostos: IPI, ICMS, ISS e IR / Humberto Bonavides Borges**. 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

CALIJURI, M. **Avaliação da Gestão Tributária a partir de uma perspectiva Multidisciplinar**. Tese Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP. São Paulo, 2009.

CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. FERREIRA, Talieh Shaikhzadeh Vahdat. **Merger and acquisitions: reflections over the evolution of the volume of transactions**. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, 2015.

COELHO, Luiz Felipe de Almeida. MARTINEZ, Antônio Lopo. **Tax avoidance com operações societárias: critérios de validade utilizados pelo Carf**. Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT), 2014.

COOPER, Donald R; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7ª ed. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento técnico CPC 05 R1, de 03 de setembro de 2010. **Divulgação sobre Partes Relacionadas**. Disponível em: [www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br). Acesso em 26 de abril de 2016.

COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento técnico CPC 02 R2, de 07 de outubro de 2010. Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. Disponível em: [www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br). Acesso em 26 de abril de 2016. Disponível em: [www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br). Acesso em 26 de abril de 2016.

CHEN, S, CHEN, X., CHENG, Q., SHEVLIN, T., **Are family firms more tax aggressive than non-familyfirms?** *Journal of Financial Economics*, 2010.

CLAUSING, Kimberly. **International tax avoidance and U.S. international trade**. *National Tax Journal*. 59, no. 2: 269-287, 2006.

DAMASCENO, Mariana Gomes de Freitas. GOUVEIA, Carlos Alberto Aguiar. PINHEIRO, Jeane Clarindo. **Análise da influência dos fatores culturais nos processos de negociação internacional entre Brasil e França**. *Revista de Administração de Empresas - FGV*, 2015.

DALFIOR, Marcelo Domingos. **Análise da agressividade fiscal entre controladoras e controladas**. Dissertação de mestrado, Fundação Instituto Capixaba de pesquisas em contabilidade, economia e finanças – FUCAPE, 2015.

DHARMAPALA, Dhammika. RIEDEL, Nadine. **Earnings shocks and tax-motivated income-shifting: evidence from European multinationals**. *Journal of Public Economics*. 97: 95-107, 2013.

DUNBAR, A. et al. **What do Measures of Tax Aggressiveness Measure?**. *Proceedings of the National Tax Association Annual Conference on Taxation*. pp.18-26. 9p, 2010.

FILHO, Edmar Moreira Andrade. **Planejamento tributário**. São Paulo: Saraiva, 2009.

FRISCHMANN, P. J., SHEVLIN, T., & WILSON, R. **Economic consequences of increasing the conformity in accounting for uncertain tax benefits**. *Journal of Accounting & Economics*, 2008.

FILHO, Jaime de Jesus. FUNCHAL, Bruno. ZAMPROGNO, Larissa Vieira. **Proteção ao Credor, Sistema de Informação e o Desenvolvimento do Mercado de Crédito dos Países do Mercosul**. *Brazilian Business Review – BBR*, december, 2009.

GALLO, Mauro Fernando. **A relevância da abordagem contábil na mensuração da carga tributária das empresas**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo – USP, 2007.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria básica**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2011.

GIANNINI, Silvia. MAGGIULLI, Carola. **The effective tax rates in the eu commission study on corporate taxation: methodological aspects, main results and policy implications**. 2002.

GALDI, Fernando Caio, MATOS Oscar Miguel da Silva Pinto de. **O Impacto das Transações com Partes Relacionadas na Performance Operacional das Companhias Listadas na BM&FBOVESPA**. XXXVI Encontro da ANPAD, 2012.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GLASER, Alexander. **Reorganização Societária como forma de planejamento tributário**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

HANLON, Michelle. HEITZMAN, Shane. **A review of tax research**. Journal of Accounting and Economics. 2010.

HALLOCK, Kevin F. KOENKER, Roger. **Quantile Regression**. Journal of Economic Perspectives, vol. 15, p. 143-156, 2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. POHLMANN, Marcelo Coletto. **The relationship between the income taxation and the capital structure of large companies in Brazil**, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO – IBPT. **Evolução da carga tributária brasileira e previsão para 2013**.

IKUNO, Luciana Miyuki. **Uma análise bibliométrica e epistemológica das pesquisas em contabilidade internacional: um estudo em períodos internacionais de língua inglesa**. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2011.

JUNIOR, José Hernandez Perez. OLIVEIRA, Luíz Martins de. **Contabilidade Avançada**. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

KOENKER, R. e BASSET JR., G. **Regression Quantiles**. Vol. 46, nº 1. Econométrica, 1978.

LIMA, Gerlando, A. S. F.; **Nível de Evidenciação x Custo da Dívida das Empresas Brasileiras**. Revista Contabilidade & Finanças. v. 20, n. 49, 2009.

LEVINE, David M. STHEPHAN, David F. KREHBIEL, Timothy C. BERENSON, Mark L. **Estatística: teoria e aplicações : usando o Microsoft excel em português; tradução Teresa Cristina Padilha de Souza** – Rio de Janeiro : LTC, 2014.

LIETZ, Gerrit. **Tax Avoidance vs. Tax Aggressiveness: A Unifying Conceptual Framework**. Working Paper, University of Münster, 2013.

LUZ, Rodrigo. **Comércio Internacional e legislação aduaneira** / Rodrigo Luz. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LISOWSKY, P., ROBINSON, L., & SCHMIDT, A. **An Examination of FIN 48: Tax Shelters, Auditor Independence, and Corporate governance**. Working paper, University of Illinois at Urbana—Champaign, Tuck School of Business at Dartmouth, and Columbia University, 2010.

MARTINEZ, Antônio Lopo. **A linguagem contábil no direito tributário**. Dissertação Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

MARTINEZ, Antônio Lopo, RAMALHO Giliard Creton. **Family Firms and Tax Aggressiveness in Brazil**. International Business Research; Published by Canadian Center of Science and Education Vol. 7, No. 3; 2014.

MAGALHÃES, Renata Luciana dos Reis. PINHEIRO, Laura Edith Taboada. LAMOUNIER, Wagner Moura. **Fatores que Favorecem a Compreensão da Extensão da Divulgação sobre Partes Relacionadas – Estudo nas Companhias Listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa**. Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão. Rio de Janeiro, v.6, nº Especial, 2011.

MAGRO, Luciana; TELÓ, Admir Roque. **As mudanças organizacionais em fusões e incorporações de empresas**. Programa de apoio à iniciação científica – PAIC, 2011.

MATOS, Óscar Miguel da Silva Pinto. **O impacto das transações com partes relacionadas na performance operacional das companhias listadas na BM&FBovespa**. Dissertação de mestrado, Fundação Instituto Capixaba de pesquisas em contabilidade, economia e finanças – FUCAPE, 2011.

NASCIMENTO, Auster Moreira. REGINATO, Luciane. **Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional**. 3ª ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade tributária**. São Paulo: Saraiva, 2005.

OWENS, Jeffrey P. Good corporate governance: The tax dimension. In: SCHÖN, Wolfgang, **MPI Studies on Intellectual Property, Competition and Tax Law, Tax and Corporate Governance**, Springer, Munich, p. 9-12, 2008, presented In: CONFERENCE ON TAXATION AND CORPORATE GOVERNANCE AT THE MAX PLANCK INSTITUTE IN MUNICH, December 4-5,2006.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. **Comércio Internacional, Convergência Econômica e Políticas de Desenvolvimento: Reflexões sobre o Debate**. Revista Pesquisa & Debate. São Paulo. Vol. 26, 2015.

PIZZO, Michele. **Related party transactions under a contingency perspective**. J Manag Gov, 2011. DOI: 10.1007/s10997-011-9178-1.

RATHKE, Alex Augusto Timm. SARQUIS, Raquel Wille. **Transfer Pricing e Income Shifting: evidências empíricas de empresas abertas brasileiras**. XIV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2014.

REINDERS, ANA PAULA GOBBI SALES. **Agressividade tributária e rentabilidade futura**. Dissertação de mestrado, Fundação Instituto Capixaba de pesquisas em contabilidade, economia e finanças – FUCAPE, 2015.

RIBEIRO, Henrique César Melo. **Quinze anos de produção acadêmica do tema contabilidade internacional: uma análise bibliométrica em periódicos brasileiros**. VIII Congresso Anpcont, Rio de Janeiro, 17 a 20 de agosto de 2014.

REGO, Sonja Olhoft. **Tax Avoidance Activities of U.S. Multinational Corporations** Contemporary Accounting Research, volume 20, 2003.

SANTIAGO, Marlene Ferreira. SILVA, José Luis Gomes da. **Evolução e composição da carga tributária brasileira**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 2006.

SILVA, Raimundo da. Contabilidade para comércio exterior: *Trade Finance* e reflexos no Imposto de Renda, São Paulo : Atlas, 2012.

SILVA, Kamilla Carneiro da. **Gastos com saúde: estudo do impacto dos gastos na qualidade de prestação de serviço de saúde nos países em desenvolvimento** Dissertação de mestrado, Fundação Instituto Capixaba de pesquisas em contabilidade, economia e finanças – FUCAPE, 2013.

SOUZA, João Antônio Salvador de. **Transações com partes relacionadas: determinantes e impactos no desempenho das empresas**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, 2014.

SHACKELFORD, D. A.; SHEVLIN, T. **Empirical tax research in accounting**. *Journal of Accounting and Economics*. v. 31, n. 1-3, p. 321-387, 2001.

SHEVLIN, Terry. **A Critique of Plesko's "An Evaluation of Alternative Measures of Corporate Tax Rates"**. Social Science Research Network – SSRN, 1999.

SOUZA, Maíra Melo de. KNUPP, Paulo de Souza. BORBA, José Alonso. **Características Associadas às Transações com Partes Relacionadas nas Empresas de Capital Aberto Brasileiras**. Revista de Contabilidade, Gestão e Governança, v. 16, n. 3, 2013.

SOUZA. Rosiane de. **Análise da relação entre o consumo de energia elétrica e variáveis socioeconômicas**. Dissertação de mestrado, Fundação Instituto Capixaba de pesquisas em contabilidade, economia e finanças – FUCAPE, 2010.

SCHOLES, Myron S. WOLFSON, Mark A. **Reviewed Work: Taxes and Business Strategy: A Planning Approach**. by, Review by: Theodore S. Sims , Emil M. Sunley *National Tax Journal*, Vol. 45, No. 4, pp. 451-455. December, 1992.

SCHOLES, M., WOLFSON, M., ERICKSON, M., MAYDEW, E., SHEVLIN, T. **Taxes and Business Strategy: a Planning Approach**. Prentice Hall, 2008, Fourth Edition.

SHEVLIN, Terry. **A Critique of Plesko's "An Evaluation of Alternative Measures of Corporate Tax Rates"**. Social Science Research Network – SSRN, 1999.

TEIXEIRA, Aridélmo José Campanharo. **A utilização de informações contábeis no processo decisório de gestores de médias empresas industriais no estado do espírito santo: uma abordagem multidisciplinar**. Tese apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2002.

TAYLOR, Grantley; RICHARDSON, Grant; LANIS, Roman. **Multinationality, tax havens, intangible assets, and transfer pricing aggressiveness: An empirical analysis**. Journal of International Accounting Research, v. 14, n. 1, p. 25, 2015.